

## QUESTIONAMENTOS ACERCA DO ESPAÇO URBANO NA COLÔNIA: RECIFE-OLINDA

ANTONIO JORGE DE SIQUEIRA  
Universidade Federal de Pernambuco

Para melhor se entender o que significa o Recife como cidade e a conseqüente problemática urbana que lhe é atribuída, começando na segunda metade do século passado e de modo mais contundente na ocasião em que se instala o par que fabril até os nossos dias, é preciso identificar alguns traços essenciais da história de sua formação urbana. Estes, na verdade, constituem dados cruciais pertinentes à históri cidade da urbe recifense. Com certeza especificarão a natu-  
reza dos problemas urbanos, a sua importância e, de certo modo, constituem importante caminho que leva ao entendimen-  
to do problema que ora nos colocamos. Pretendemos nos deter no exame do período que antecede à ocupação holandesa, de modo especial.

A formação urbana da cidade do Recife nos remete diretamente à consideração do período histórico em que te-  
riam prevalecido determinados modos de ação e relações de produção. A formação histórica da urbe recifense e o seu entendimento se ligam, pois, à implantação, vicissitudes, contradição e dissolução do modo de produção econômica vi-  
gente no longo período histórico da colonização portuguesa, nos momentos de crise e ruptura coloniais e, finalmente, no período de vigência da acumulação pelo capital concorrencial e monopolista. Antes, porém, de desenvolver diretamente es-  
tes aspectos enunciados parece-nos importante justificar por  
que escolhemos este caminho.

A literatura especializada que trata da evolução urbana do Recife cinge-se a três períodos distintos, a sa-  
ber: a) período colonial que antecede a invasão holandesa (1530-1630); b) período que sucede aos holandeses até o ad-

vento das usinas de açúcar (1650-1885); finalmente, o período que caracteriza o Recife como cidade "pólo regional", "inchada" (O Recife do parque fabril até os dias de hoje)<sup>1</sup>.

Sem pretender entrar no mérito da análise que tem como marco de orientação semelhante tipo de periodização, preferimos apenas adiantar da conveniência de se tratar o tema da problemática do espaço urbano recifense colonial vinculando-a à vigência histórica de práticas políticas que têm respaldo, em última instância, no modo de produção economicamente determinante. Posto que partimos para elucidar a formação histórico-social da urbe recifense, o seu ponto de partida — repetimos — tem apoio no modo de produção caracteristicamente escravista e colonial, *"estruturalmente colonial, dado que a insuficiência insanável do seu mercado interno tornava-o necessariamente vinculado a um mercado externo em termos monopolistas"*<sup>2</sup>.

No bojo de um processo histórico assim caracterizado pressupõe-se agentes sociais históricos que reproduzem relações sociais marcadas por antagonismos de interesses, interesses estes que não são necessária e intensamente marcados pela hegemonia do espaço urbano como sói acontecer na fase de industrialização. Mais precisamente, estamos nos referindo àquela concepção ocidentalizada de cidade que se caracteriza pelo mercado (e com ele a regulamentação da economia urbana) e pela política (e através dela uma forma determinada de participar)<sup>3</sup>. Claro está que tal concepção de cidade e, por conseqüência, do espaço urbano, é essencialmente euro-ocidental e é por isto que não se configura como o modelo mais apto para se compreender e analisar a cidade que guarda a determinação da visão de mundo inerente ao sistema colonial lusitano ou íbero-americano, como se verá mais adiante. A própria concepção de MARX sobre a cidade, impregnada do ângulo de análise da divisão social do trabalho tipicamente capitalista apenas indiretamente nos ajudará a recompor ou recuperar o quadro teórico que dê cabo de um espaço urbano, tendo como ponto de partida o próprio sistema colonial. Indiretamente porque nem tudo se explica pela lógica do modo capitalista de produção econômica. Como diria o próprio MARX *"o processo histórico não é o resultado do capital mas seu pre-requisito"*<sup>4</sup>.

A conveniência de se reportar assim à vigência do modo de produção e apropriação de riquezas, mesmo sabendo que não existem modos de produção "puros" ou que estes sejam requisitos únicos de análise das formações sociais<sup>5</sup> e dos seus problemas específicos, desta conveniência, — repetimos — resulta vincular adequadamente toda a problemática urbana a um processo social globalizante onde, a despeito de tratar aspectos "parciais" ou "setoriais" como o espaço urbano, não se confunde o todo com as partes, nem os eventos circunstanciais com a própria dinâmica do processo histórico, como lembrava MARX.

Pretendendo ser conseqüente com tal orientação teórico-metodológica, entendemos que a temática da urbanização do Recife, no período que vai da chegada dos primeiros colonizadores até o final da primeira metade do século XVIII, — à exceção do intervalo da presença holandesa, — passa necessariamente pela compreensão do sistema colonial, tendo, de um lado, como pólo das relações, a metrópole e do outro, como contraponto, a colônia. Considera-se como elemento determinante ao nível de reprodução das relações entre metrópole e colônia, — e determinante, pois, para o sistema colonial, — os desdobramentos do capital comercial/financeiro cuja reprodução na colônia se fez mediante a acumulação primitiva, valendo-se basicamente da mão-de-obra escrava. Entendemos que este conjunto de relações bipolares que ora chamamos de sistema colonial entra em crise na medida em que a própria sobrevivência do sistema, através de sua proposta política, desemboca em impasses/descompassos de interesses entre agentes da metrópole e da colônia, notadamente entre os grupos mais representativos dos interesses da coroa portuguesa e dos agentes proprietários da colônia, sempre e cada vez mais distanciados entre si. A esta realidade histórica denominamos de "crise" e que, no nosso caso, conduziu à ruptura política entre metrópole e colônia, gerando, conseqüentemente, o chamado processo de descolonização<sup>6</sup>.

Em que sentido a reprodução das relações típicas do sistema colonial "ajustado" (na medida em que a metrópole de fato detenha o controle) ou "em crise" (no sentido de que a contradição de interesses mine este sistema de controle social) é importante para se entender a formação urbana recifense e a sua incidência no problema do espaço urbaniza

do? Entendemos que é importante e mesmo imprescindível exatamente pela determinação que exerce o nível estrutural tipificado pelas relações reais de produção, como já se mostrou anteriormente. Dir-se-ia que, pelo menos nestes momentos históricos iniciais da implantação da empresa colonial/mercantilista, as delimitações do que se convencionou chamar funcionalmente de "cidade" simplesmente inexistem. O que existe fundamentalmente é a empresa colonial e o que tradicionalmente se chamou de "burgo", "vila", "povoação" e "cidade", aqui, nada mais representa que o marco inicial da expansão de uma fronteira agrícola ou de mera ação predatória, visando abastecer mercados externos. Os "inimigos", os "óbices" desta empreitada seriam, em consequência, aqueles mesmos que obrigam os colonos a se organizarem em "povoações/aldeias" fortificadas. Pretendem, assim, se defender dos "inimigos" da terra (inicialmente os índios) ou contra "os de fora" (no caso, os "concorrentes": piratas, corsários etc.). Quantos aos primeiros, é sabido o importante papel desempenhado pela Igreja com os seus missionários em "amortecer" as resistências do gentio. Por outro lado, fica muito difícil de entender a escolha da localização dos povoados primeiros da colônia em lugares altos, como as colinas, se não existisse a preocupação permanente da defesa<sup>7</sup>. Com o passar do tempo e a própria evolução da empresa colonial, a "povoação/aldeia" do sistema colonial lusitano evolui de mera "fortificação" para, lentamente, apropriar-se de uma complexidade que corresponde àquilo que seria um espaço residencial/administrativo/burocrático da empresa colonial, continuando, porém, sofisticadamente fortificada.

Portanto, enquanto o sistema colonial permanece "ajustado", não há lugar para se falar em cidade, senão no sentido de um entreposto/povoação umbilicalmente ligados à produção, apropriação e exportação de mercadorias e, mais tardiamente, à incipiente administração dos interesses fazendários da coroa lusitana. Assim é que se deveria entender, inicialmente, Olinda e, posteriormente, Recife. Até porque não se vê, sob esta ótica e neste momento distinção entre Olinda e Recife, como se aquela fosse um espaço estrita ou eminentemente residencial e este, em contraposição, o porto seguro das embarcações; seria cindir artificialmente um mesmo e único espaço. Pelo menos este não pa-

rece ser o ponto de vista de F. H. CARDOSO ao tratar da cidade colonial ibero-americana: *"a dialética entre a agrovila e o estado patrimonial, entre o morador que possuía interesses rurais ou mercantis e o funcionário da Coroa, constituía o pano de fundo da vida política da cidade colonial"*<sup>8</sup>. E tanto isto é verdade que basta considerar a política e interesses emergentes numa empreitada como a colonização do além-mar. Segundo F. H. CARDOSO, a condução política desta empresa colonizadora igualava em interesses lusitanos e espanhóis, ou seja, ibéricos — e não é de admirar que, como tais, tivessem profundas implicações na reprodução do espaço urbano. *"Cercados pelos interesses coloniais da Coroa e pelo mar de propriedades rurais que se organizaram com vistas ao mercado externo, politicamente as cidades foram plantas frágeis no solo da escassa liberdade permitida no mundo colonial ibérico. Quando houve um arremedo de 'burguesia' ela medrou entre um patriciado rural que muitas vezes vivia parte do tempo nas vilas e outra parte nos latifúndios. Fora disto, o cidadão era um funcionário, um militar, um sacerdote, ou seja, um homem juramentado a uma organização burocrática ligada a algum Estado Metropolitano ou a alguma Coroa, se não de Rei, de Cristo"*<sup>9</sup>.

À luz de três documentos do período histórico em análise e que nos parecem bastante pertinentes ao tema ora em debate, trataremos de evidenciar os pontos básicos de apoio de nossa argumentação, que se resume nos seguintes pontos: 1) Em suas linhas gerais, o sistema colonial implanta em Pernambuco, como de resto nas demais capitanias do Brasil, uma economia caracteristicamente agro-exportadora, obtendo lucros mediante a acumulação primitiva de capital e fazendo uso em larga escala do braço escravo. 2) Em decorrência de tal modelo econômico e, particularmente, ao nível das relações sociais no espaço urbano, se reproduzirão de modo correlato relações sociais que consubstanciam o Absolutismo político, a dominação do Senhorio e a subordinação do escravo/gentio sob o disfarce da ideologia de cristandade.

Retomemos o primeiro ponto. Um dos documentos que fizemos referência data de 24 de setembro de 1534 e se intitula "Foral de Duarte Coelho, I<sup>o</sup> Donatário de Pernambuco e Fundador de Olinda". Com ele ou através dele pretendemos ressaltar a característica da empresa colonizadora na Nova Lu-

zitânia, ou seja, comprovar que a colonização visava fundamentalmente um lucro/retorno, ligados que estavam a um investimento. O documento se refere à nova terra em termos de uma empreitada deliberadamente planejada para "morar, povoar e aproveitar" (sic), resguardando sempre os direitos de monopólio e o "exclusivo comercial" da coroa.

*"... é conteúdo e declarado na carta de doação, que da dita terra lhe tenho passado, e por ser muito necessário haver aí foral dos direitos, foros e tributos e coisas, que se na dita terra hão de pagar, assim do que a mim e à coroa dos meus reinos pertencerem como do pertencerem ao dito capitão, por bem da dita sua doação, eu havendo respeito à qualidade da dita terra e a se ora novamente ir morar, povoar e aproveitar, e porque se nisto melhor e mais cedo faço, sentindo assim por serviço de Deus e meu e bem do dito Capitão e moradores da dita terra..."<sup>10</sup>.*

De resto, todo o documento é rico em minudências administrativas que vão essencialmente ao encontro da exploração colonial, reproduzindo, assim, uma formação social onde se entrelaçam os interesses da coroa e do senhorio, contrapondo-se comumente àqueles dos "povoadores" e especialmente dos "moradores":

*"... o pau do brasil da dita capitania e assim qualquer especiaria ou drogaria de qualquer qualidade que seja, que nela houver, pertencerá a mim e será tudo sempre meu e de meus sucessores..."<sup>11</sup>.*

Mais tarde, em novembro de 1550, o donatário Duarte Coelho fará lamentações junto a El Rei e, dos seus queixumes, sobressai este:

*"Digo, Senhor, o que é necessário dizer acerca disto a Vossa Alteza e a verdade do que parece ser seu serviço e para descargo de sua consciência e da minha: é cousa muito odiosa e prejudicial ao serviço de Deus e*

*seu proveito de sua fazenda e bem o aumento das cousas que tão caro custam, quebrar e não guardar as liberdades e privilégios aos moradores e povoadores de que já estão de posse e de que usam...*"<sup>12</sup>.

Depreende-se da leitura destes documentos, do seu teor e natureza que o espaço urbano nele implícito depende da determinação dos objetivos, da natureza da economia e do modo de produção inerentes ao sistema colonial escravista-exportador.

Retomemos, entretanto, nossa argumentação para desenvolver o segundo ponto, valendo-nos, agora, de outro documento que enfoca especificamente o que seria neste momento histórico o espaço urbano e, por conseguinte, a formação urbana típica do período. O documento em apreço é o Regimento de Tomé de Souza, datado de 17 de dezembro de 1548. Logo de saída percebe-se a caracterização econômico/mercantil da colonização, os traços marcantes da ideologia subjacente à política colonial, bem como a concepção de espaço urbano estreitamente vinculada àquela de "povoação/fortificação":

*"Eu, El-Rei, faço saber a vós, Tomé de Souza, fidalgo de minha casa, que, vendo Eu quanto serviço de Deus, e meu, é conservar e enobrecer as capitânias e povoações das terras do Brasil, e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para exaltamento da nossa Santa Fé e proveito de meus reinos e Senhorios e dos naturais deles, ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente, para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrarem a justiça e prover nas coisas que cumprirem ao meu serviço e aos negócios de minha fazenda e a bem das partes..."*"<sup>13</sup>.

O comércio que tanta significação social econômica e política teve para as cidades européias<sup>14</sup>, aqui, no presente caso, se resume em uma "feira semanal":

*"E assim ordenareis que nas ditas vilas e povoações se faça em um dia de cada semana, ou mais se vos parecerem necessários, feira a que os gentios possam vir vender o que tiverem e quizerem e comprarem o que houver mister..."<sup>15</sup>.*

Diríamos, pois que, seguramente, até à primeira metade do século XVIII, excetuando-se o período em que os holandeses se instalaram no Recife, a cidade/vila de Olinda e, ligada a ela, a povoação/porto do Recife medraram sua existência dentro dos limites daquilo que se chamaria espaço urbano colonial. Com o passar do tempo, evolui de mera "povoação-fortificada", - marco inicial de uma fronteira em expansão ou conquista, - para aquilo que mais tarde seria uma cidade. Na diminuta complexidade de sua estrutura urbana, abrigava tanto a clientela dos senhores proprietários quanto a incipiente, porém sempre crescente aparelhagem burocrático/administrativa da coroa.

À medida que o sistema colonial, - e sempre guardando esta determinação - vai se tornando incapaz de contornar as contradições inerentes à acumulação primitiva da capital e ao "exclusivo comercial", rompe-se a camisa-de-força da política absolutista da coroa que sustentava a exclusividade de comércio e a exploração coloniais. Na avalanche do rompimento dos diques da contradição do processo colonizador, o Recife ganha corpo e passa a se contrapor ao espaço urbano olindense. O porto vai assumindo formas definitivamente mais nítidas à medida que o Recife consolida a fase comercial mais e mais crescente. Concomitantemente, um novo espaço urbano marcado pela ganância comercial - GILBERTO FREYRE chama de "guloso" - vai se impondo àquele de Olinda que continua caracteristicamente marcado pela propriedade, intrínseca à empresa colonial e com esta os senhores, os escravos e as terras. Segundo determinação do próprio sistema colonial, esta última tendia a manter mais a postura conservadora, defensiva, conforme atestam os registros da Câmara da cidade marim. Os senhores proprietários do espaço urbano olindense nunca viram com bons olhos a volúpia dos mascates que, em sua esperteza ou "gulodice" lhes usurparão a primazia política do espaço urbano por excelência da província ou capitania<sup>16</sup>.

Assim, os dois espaços urbanos — Olinda e Recife — reproduzem em sua formação a historicidade das linhas mestras de uma certa vocação urbana que se torna mais fácil de ser entendida a partir do traço marcante da expansão colonial lusitana com sua fronteira agrícola/predatória, voltada para fora e, na sua superação, pela hegemonia do capital comercial, inicialmente e industrial, posteriormente. No momento em que os ânimos dos habitantes de Olinda e Recife entram em atrito, o sistema colonial talvez já padeça da crise aguda de suas contradições. Como enfatizamos anteriormente, perceber e desvendar a natureza real e a superação das contradições inerentes ao sistema colonial é um passo decisivo para, igualmente, compreender a hegemonia do espaço urbano recifense sobre o olindense na trilha de sua historicidade. De qualquer modo, no âmago da estrutura de produção do sistema colonial lusitano, no entendimento de suas vicissitudes ("ajustamentos") e de suas contradições ("crises") é que se compreende melhor porque nasce e surge uma cidade. E sobrevivem várias cidades, como Olinda e Recife.

## NOTAS

1. Cf. JOSÉ ANTONIO GONSALVES DE MELLO. Tempo dos flamengos, Recife. Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1978. MÁRIO LACERDA DE MELO. Metropolização e Subdesenvolvimento - o caso do Recife, Recife. Universidade Federal de Pernambuco, Editora Universitária, 1978; M. C. DE ANDRADE. Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida, Recife, Universidade Federal de Pernambuco. Editora Universitária, 1978; GADIEL PERRUCI. A República das Usinas. Rio, Paz e Terra, 1978; PAUL SINGER. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. - São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1977.
2. JACOB GORENDER. "O conceito do modo de produção e a pesquisa histórica" in Modos de Produção e Realidade Brasileira. (org. de José Roberto do Amaral Lapa), Petrópolis, Vozes, 1980, p. 195.
3. PAUL SINGER e FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. "A Cidade e o campo", São Paulo; Cadernos CEBRAP nº 7, 1972, p. 29.
4. KARL MARX. Formações Econômicas Pré-capitalistas. 3. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 102.
5. THEO SANTIAGO. "A Manufatura e o Engenho de Açúcar no Brasil Colonial" in Modos de Produção e Realidade Brasileira, op. cit., p. 195.
6. Cf. a este respeito: ANTONIO JORGE DE SIQUEIRA. Ilustração e Descolonização: O clero na Revolução Pernambucana de 1817. São Paulo. Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da FFLCH, 1980. (Texto mimeografado); CARLOS GUILHERME MOTA. Atitudes de Inovação no Brasil: 1789-1801. Lisboa, Livros Horizonte, s.d.; FERNANDO A. NOVAIS. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 - 1808). São Paulo. Editora HUCITED, 1979.

7. Em certo sentido esta posição difere daquela adotada por Josué de Castro, ao se referir à tradição dos castelos feudais. Cf. GILBERTO FREYRE. Olinda: segundo Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade Brasileira, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1944, p. 177.
8. PAUL SINGER e FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. "A cidade e o campo", op. cit., p. 40.
9. Id, ib.
10. Foral de Duarte Coelho (Cópia extraída da História Administrativa do Brasil. DASP. V. II, pp.179-83, de Vicente Tapajós).
11. Id. ib.
12. Id. ib.
13. Regimento de Tomé de Sousa (Doc. 18 - Biblioteca Nacional de Lisboa - Arquivo da Marinha, Livro nº 1 de Ofícios de 1597-1602, fl. 1).
14. PAUL SINGER e FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. "A cidade e o campo", op. cit., p. 20 et passim.